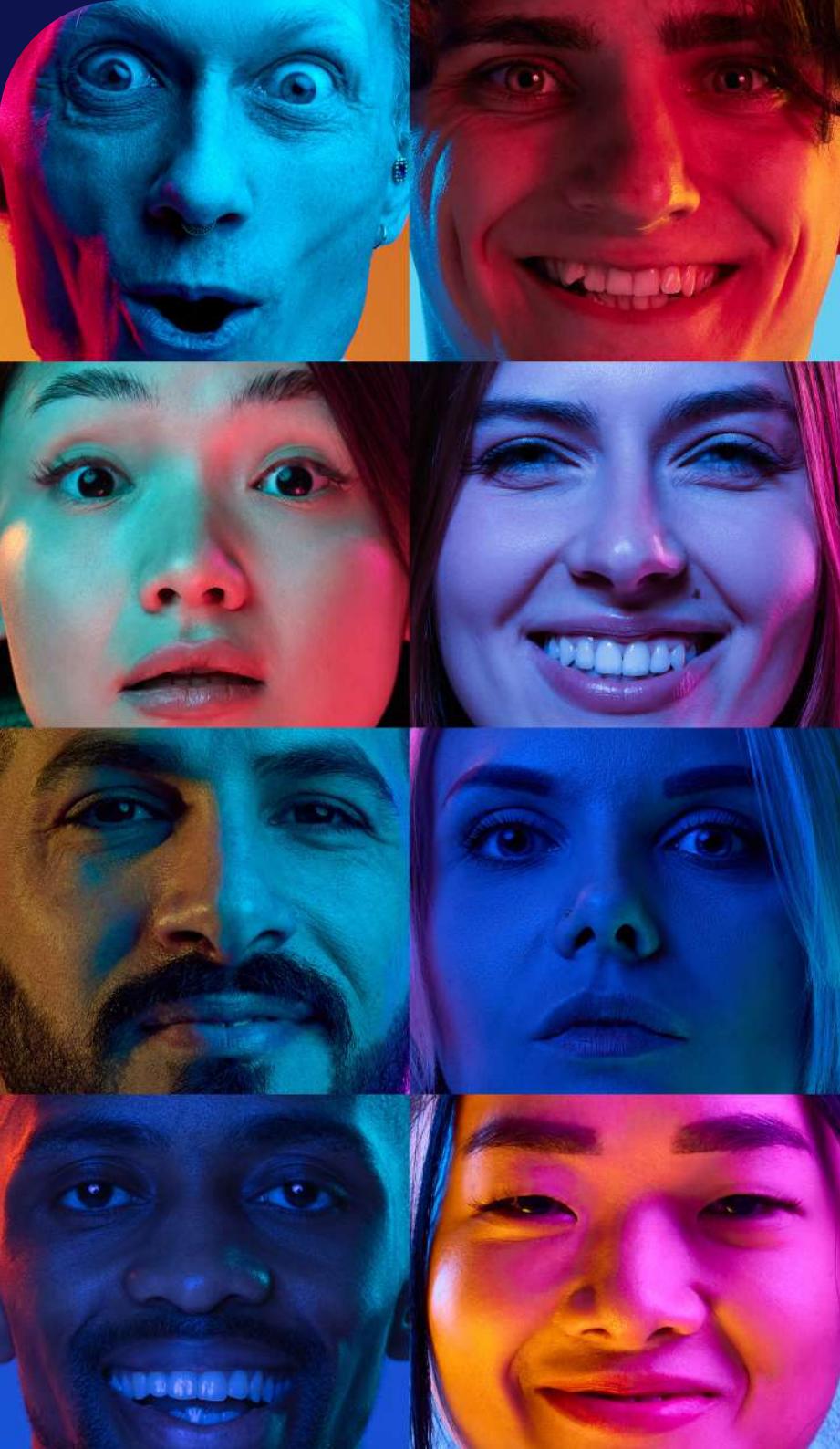


Pós-Graduação em Direito Administrativo





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Administrativo	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um **estudo com mais agilidade, foco e rendimento.**

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com **professores renomados** que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de **recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas**, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, **recomendada por mais de 2 milhões de alunos.**

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Gustavo Scatolino Silva
Coordenador

Atualmente, é Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Já atuou como Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, como o de Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e o de Procurador do Estado do Espírito Santo.

DIREITO ADMINISTRATIVO



Este curso propõe um modelo pedagógico que visa à preparação do profissional para atuar no âmbito público ou privado, por meio da atuação em empresas privadas que mantêm relação com a Administração Pública como um todo. O curso estrutura-se, ao longo do seu desenvolvimento, em disciplinas voltadas ao domínio de todo o Direito Administrativo, começando pelos temas acerca do funcionamento do Estado e os temas fundamentais do Direito Administrativo, partindo-se, sempre, da premissa de capacitar o profissional para transitar com habilidade e segurança em sua atuação, inclusive no que tange ao cenário de incertezas jurídicas e políticas.

O conteúdo das disciplinas é pautado na interdisciplinaridade e na interconexão de temas em cada uma das áreas do direito público, preparando o aluno para os desafios vivenciados com as modificações recentes na legislação e na multiplicidade de decisões judiciais impactantes, oriundas especialmente do STF e do STJ.

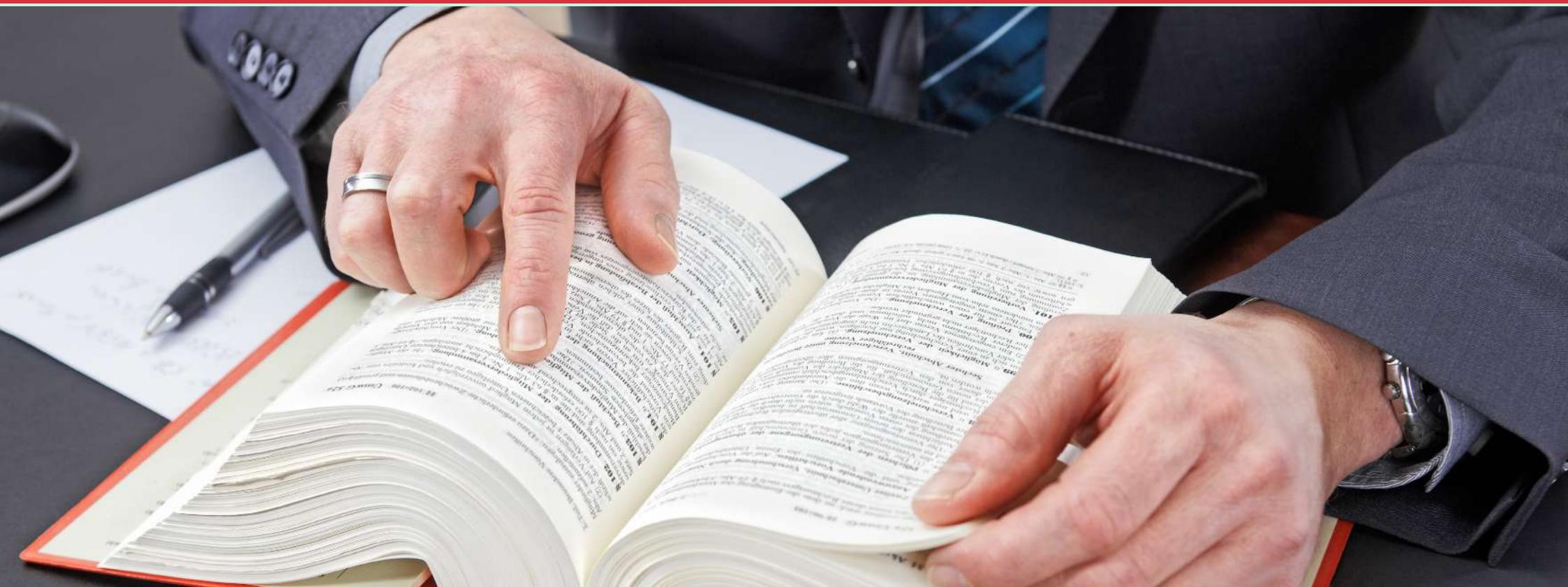
DESTAQUES DO CURSO

Capacitar membros de Poder, servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área do Direito Administrativo.

Habilitar os profissionais para a melhor compreensão dos meandros do Direito Administrativo.

Incentivar os cidadãos em geral que tenham curiosidade em entender os rumos político-jurídicos da Nação, compreendendo o papel de cada um dos Poderes.

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o administrado e o Estado.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito, bem como bacharéis, licenciados e tecnólogos de outras áreas do conhecimento, que tenham interesse em adquirir conhecimentos e habilidades que frequentemente têm sido requeridas pela Administração Pública.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Administrativo tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É oferecido na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Direito Administrativo	44 h
02	Direito Constitucional	47 h
03	Processo Legislativo Orçamentário	19 h
04	Controle Administrativo	22 h
05	Administração Pública	27 h
06	Seguridade Social	38 h
07	Direito Administrativo Sancionador	17 h
08	Direito Constitucional Econômico	17 h
09	Responsabilidade Civil do Estado	12 h
10	Crimes contra a Administração Pública	12 h
11	Serviços Públicos e Parcerias do Poder Público	19 h
12	Tópicos Avançados de Direito Administrativo	22 h
13	Legislação sobre Servidores Públicos	14 h
14	Direito Administrativo Disciplinar	20 h
15	Licitações e Contratos	22 h
16	Novas Tecnologias em Direito Administrativo	8 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		400 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Disciplina	Conteúdo Programático do Curso
DIREITO ADMINISTRATIVO	Conteúdo
	<p>Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. classificação. Tipos de vínculo: função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Intervenção do estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Controle administrativo. Espécies de controle. Tribunal de Contas da União. Competências do Tribunal de Contas da União.</p>

DIREITO CONSTITUCIONAL	Constituição Federal de 1988. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e Organização dos Poderes. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO	Ciclo orçamentário. Instrumentos de planejamento orçamentário: PPA, LDO e LOA. Processo legislativo orçamentário.
CONTROLE ADMINISTRATIVO	1. CONTROLE INTERNO: Fundamentos do poder de autotutela e a revisão dos atos administrativos. Organização, estrutura e funcionamento das controladorias e corregedorias. A fiscalização hierárquica e o papel do sistema de controle interno na prevenção da corrupção e na eficiência operacional. 2. CONTROLE EXTERNO: O papel fiscalizador do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo. Fundamentos constitucionais do controle financeiro, orçamentário e patrimonial. A relação de auxílio técnico entre o Legislativo e as Cortes de Contas. 3. CONTROLE JUDICIAL: A inafastabilidade da tutela jurisdicional sobre os atos administrativos. Controle de legalidade e de juridicidade. Limites da intervenção judicial no mérito administrativo e na discricionariedade técnica. O impacto da LINDB nas decisões judiciais sobre gestão pública. 4. CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA: O exercício da cidadania na fiscalização da gestão pública. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Portais da transparência, dados abertos e o papel das ouvidorias. O controle exercido pela sociedade civil e por conselhos paritários. 5. COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS: Funções consultiva, fiscalizadora, jurisdicional e sancionadora das Cortes de Contas. O julgamento de contas de gestores públicos. Poder de cautelaridade, emissão de pareceres prévios e a eficácia de título executivo das decisões de imputação de débito e multa.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Estudo da evolução da Administração Pública e a reforma do Estado: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático. Comparação entre os modelos teóricos de Administração Pública: Estado oligárquico e patrimonial, Estado autoritário e burocrático, Estado do bem-estar e Estado regulador. Interface entre a gestão pública e a privada: convergências e diferenças. Busca de compreensão sobre o Controle e a Transparência da Administração Pública: tipos de controle, controle social e cidadania, governo eletrônico. Definição de Governabilidade, Governança e Accountability. Reflexão sobre ética e moral no exercício da função pública. Discussão sobre Políticas Públicas. Estado, Governo e Administração Pública. Evolução dos modelos/paradigmas de gestão. Reformas administrativas, histórico e evolução da Administração Pública. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a privada. Gestão de pessoas por competências na Administração Pública. Ética no setor público.
SEGURIDADE SOCIAL	A Nova Previdência: fundamentos, pilares e abrangência da Reforma da previdência no RPPS; espécies de regras (permanentes, temporárias e transitórias), direito adquirido e regras gerais em matéria de RPPS. Reforma da Previdência e o Custeio do RPPS: contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas; progressividade de alíquotas, contribuições ordinárias e extraordinárias, ADINs em trâmite no STF. Reforma da Previdência e os Benefícios do RPPS: aposentadorias programada, compulsória por idade e por incapacidade permanente; aposentadorias especiais e pensão por morte. Previdência complementar dos servidores públicos: alterações constitucionais, FUNPRESP e benefício especial.
DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	Lei n. 12.846/2013. Lei de Improbidade Administrativa. Lei n. 8.429/1992. Processo Administrativo Disciplinar. Ética na Administração Pública. Lei n. 12.813/2013.

DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO	Teorias da regulação e as competências regulatórias. Construção do Estado Regulador no Brasil. Agências Reguladoras. Competências regulatórias e seus processos. Instrumentos regulatórios. Governança regulatória. Controle da regulação. Princípios constitucionais da ordem econômica. Bases constitucionais para a regulação e intervenção do Estado no domínio econômico. Regime jurídico das atividades econômicas (atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos). Papel do direito no desenvolvimento de políticas públicas.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	Evolução histórica da Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade Civil do Estado por atos comissivos e omissivos: A teoria do risco e o fundamento da responsabilidade objetiva do Estado; responsabilidade civil do Estado por atos omissivos e reflexões sobre seus fundamentos. Responsabilidade Civil do Estado por atos lícitos e a pandemia. Responsabilidade Civil do Estado em relação às entidades integrantes da administração indireta. Pressupostos da Responsabilidade Objetiva do Estado (conduta comissiva de agentes públicos, nexo causal e dano); Pressupostos da Responsabilidade Civil por omissão. As teorias do Risco administrativo e integral e a responsabilidade civil do Estado. A responsabilidade civil do agente público causador do dano e a teoria da dupla garantia (discussão do Tema 940 – STF). Excludentes da Responsabilidade Civil do Estado. Interconexão da Responsabilidade Extranegocial com a negocial do Estado.
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Disposições sobre crimes nas licitações a luz das mudanças da Lei n. 14.133/2021.
SERVIÇOS PÚBLICOS E PARCERIAS DO PODER PÚBLICO	Lei n. 8.987/1995. Lei n. 11.079/2005. Lei n. 9.637/1998. Lei n. 9.790/1999. Lei n. 13.019/2014.
TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Aprofundamento de tópicos específicos que envolvem o Direito Administrativo.

LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS – LEI N. 8112/90	<p>Evolução histórica das empresas estatais no Brasil. Regime jurídico. Agente público: classificação. Formas de Provimento. Regimes – estatutário ou celetista. Proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicos. Os Direitos, Deveres e Responsabilidades dos Agentes Públicos. O papel do agente público na representação do Estado e o Estado Democrático de Direito. Poderes da Administração Pública. Servidores enquanto agentes públicos e suas responsabilidades. Responsabilidade civil dos agentes públicos.</p>
DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	<p>1. FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIÓNADOR: Origem e evolução do poder punitivo estatal. Diferenças entre o Direito Penal e o Direito Administrativo Disciplinar. O regime jurídico administrativo e a supremacia do interesse público. 2. O PODER DISCIPLINAR E O VÍNCULO HIERÁRQUICO: Natureza jurídica do poder disciplinar. Deveres e proibições dos servidores públicos. A ética no serviço público. Distinção entre falta disciplinar, ato de improbidade administrativa e ilícito penal. 3. INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES: Tipicidade e discricionariedade na graduação da pena. Espécies de sanções (advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria). O princípio da proporcionabilidade e da razoabilidade na aplicação da pena. 4. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) E SINDICÂNCIA: Fases do processo: instauração, inquérito (instrução, defesa e relatório) e julgamento. Rito ordinário e rito sumário. A sindicância investigativa versus sindicância acusatória. 5. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NO PAD: O devido processo legal. Contraditório e ampla defesa. A obrigatoriedade (ou não) de defesa técnica (Súmula Vinculante nº 5 do STF). Presunção de inocência e inadmissibilidade de provas ilícitas. 6. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE E REVISÃO: Prazos prescricionais e causas interruptivas/suspensivas. A revisão administrativa do processo disciplinar. O controle judicial do PAD: limites da intervenção do Judiciário e a teoria dos motivos determinantes.</p>

LICITAÇÕES E CONTRATOS

1. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS: O regime jurídico das contratações públicas. Princípios constitucionais e específicos da Lei nº 14.133/2021. Eficácia, segregação de funções e planejamento. 2. FASE PREPARATÓRIA E PLANEJAMENTO: O Estudo Técnico Preliminar (ETP). Matriz de riscos. Termo de Referência, Anteprojeto e Projeto Básico. Estimativa de custos e pesquisa de preços. 3. MODALIDADES E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e o Diálogo Competitivo. Critérios de julgamento: menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance e maior retorno econômico. 4. CONTRATAÇÃO DIRETA: Inexigibilidade de licitação (rol exemplificativo). Dispensa de licitação (limites de valor e situações emergenciais). O processo de contratação direta e o dever de justificação. 5. PROCEDIMENTOS AUXILIARES: Credenciamento, Pré-qualificação, Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), Sistema de Registro de Preços (SRP) e Registro Cadastral. 6. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Formalização e vigência. Prerrogativas da Administração (Cláusulas Exorbitantes). Alteração unilateral e bilateral. Equilíbrio econômico-financeiro: reajuste, repactuação e revisão. 7. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO: Recebimento do objeto. Gestão e fiscalização de contratos. Pagamento e ordem cronológica. Alocação de riscos. 8. EXTINÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Extinção do contrato (unilateral, consensual e judicial). Infrações e sanções: advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade. O processo administrativo sancionador. 9. CONTROLE E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: O papel dos órgãos de controle (Interno e Tribunais de Contas). Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (dispute boards) e arbitragem.

NOVAS TECNOLOGIAS EM DIREITO ADMINISTRATIVO

O contexto atual tem ampliado substancialmente o mundo virtual o que gerou o surgimento de novos termos e institutos. Com esta disciplina serão estudados os seguintes temas: Direito Administrativo e Inteligência Artificial. Regulação de novas tecnologias (Uber, PIX, Whatsapp, Twitter). Sandbox regulatório. Smart cities. Uso de algoritmos na função administrativa. E-marketplace para contratações públicas. Smart-contracts. Blockchain e criptomoedas.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos 
passos de muitos
futuros

gran.com.br



G